

REVENDO UMA CERTA LITERATURA SOBRE A IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL

Pedro Vicente da Costa Sobrinho – UFRN

RESUMO

Estudo de uma certa literatura produzida durante os últimos dez anos sobre os meios alternativos de comunicação. Buscando-se estudar o fenômeno da imprensa alternativa do Brasil, que teve importante papel como jornalismo de oposição aos governos militares que se sucederam após o golpe de estado de abril de 1964.

Palavras-chave: Comunicação - Imprensa alternativa - Indústria cultural - Jornalismo político.

ABSTRACT

The aim of this article is to survey a certain literature that was produced during the last ten years, concerning a few alternative newspapers. Our primary goal was the effort to understand the phenomenon constituted by the appearance of the alternative press in Brazil. This phenomenon played a very important role as left-wing papers, fighting the right-wing governments that took hold of power in Brazil after the April 1964 coup.

Key words: Communication - Alternative press - Cultural industry - Political journalism.

INTRODUÇÃO

Após o golpe militar de 1964, os novos donos do poder adotaram um elenco de medidas discricionárias contra todos que pudessem se opor aos seus desígnios. Nesse sentido, políticos de oposição tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos. A esquerda, que atuava com certa liberdade junto aos sindicatos e demais movimentos sociais, foi colocada no gueto da ilegalidade, e muitos dos seus militantes trabalhadores, estudantes, intelectuais e até

simpatizantes foram perseguidos, presos, mortos, exilados ou passaram a viver na clandestinidade. A sociedade brasileira teve de conviver com uma nova ordem institucional, na qual o alegado combate à subversão justificava os atos de violência contra a liberdade e os direitos humanos: a tortura, portanto, tornou-se prática institucionalizada no país.

É praxe dos governos autoritários e ditatoriais investirem de imediato contra a liberdade de imprensa. Nessa saga, o estado militar pós-64 tratou mais que depressa de ocupar e fechar todos os jornais e revistas nacionalistas e de esquerda, que ainda tiveram suas redações destruídas e oficinas empasteladas. Dentre eles, enumeramos: *Novos Rumos*, *Classe Operária*, *Terra Livre*, *Liga*, *O Semanário* e tantos outros por todo o país. A grande imprensa também passou a sofrer restrições, tendo vários dos seus jornalistas presos de modo arbitrário; suas redações ameaçadas; pressões para que demitissem repórteres e redatores e também para que adotassem a prática da autocensura, evitando veicular matérias contrárias ao regime. Não faltaram ainda os atentados à bomba, fato acontecido no edifício sede do jornal *O Estado de S. Paulo*. Dois jornais importantes: *Última Hora* e *Correio da Manhã* vieram a desaparecer, vitimados por interferência direta da ditadura militar.

A violência contra a liberdade de imprensa pouco a pouco foi ganhando estatuto legal através dos sucessivos decretos e leis de teor restritivo, que visavam a regulamentar para controlar e tornar dóceis os meios de comunicação. Como se não bastasse, no ano de 1970 o Decreto-lei 1.077 instituiu a censura prévia; daí por diante, parte da grande imprensa teve a redação ocupada por uma malta de censores: *Jornal do Brasil*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da*

Imprensa, entre outros. Na imprensa alternativa, então, a tesoura foi ainda mais afiada.

Nesse contexto, segundo Ortiz, com o advento do estado militar dois aspectos devem ser realçados: na dimensão política, preponderando a repressão, a censura, prisões, exílio e tortura; do lado da economia, transformações profundas, inclusive a criação de um mercado de bens culturais. Ao analisar exaustivamente esse período, tendo como móvel central a expansão do mercado dos bens simbólicos no país, Ortiz afirma que a partir de 1964 foi dado o grande salto na direção do advento e consolidação da indústria cultural no Brasil (ORTIZ, 1994).

É nesses anos de chumbo, marcados pela repressão política e a censura, e ainda pela expansão vertiginosa dos meios de comunicação de massa no país, que vai surgir, como se fosse a lendária fênix, uma forte imprensa alternativa, chegando, no caso do semanário de humor e oposição *Pasquim*, a tiragens de até 200 mil exemplares.

Num cenário com duração de pouco mais de 10 anos, foi marcante a presença de cerca de 160 jornais da imprensa alternativa; muitos, de sobrevida curta; outros mais longevos, com destaque: *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, *Versus*, *Coojornal*, *Repórter*, que conseguiram, de certo modo, ter uma circulação nacional, com tiragens variáveis de 10 mil a 200 mil exemplares.

Além desse universo de jornais da imprensa alternativa, mais de 100 boletins diocesanos, surgidos no pós-Medellin, circularam, no país, nos anos 70, com tiragem total de mais de 100 mil exemplares e um público, com certeza, muitas vezes superior, já que eram lidos e divulgados nas paróquias e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Constituíram-se na sua maioria em espaço alternativo para o trato das questões sociais, combate ao regime militar, defesa dos direitos humanos e, principalmente, para dar voz às classes subalternas para que pudessem ser ouvidas.

A Literatura Sobre a Imprensa Alternativa

A literatura, que tem como objeto de estudo a imprensa alternativa no Brasil, ampliou-se substancialmente nos últimos anos. Kucinski

(1991), em importante trabalho desenvolvido sobre o tema, certamente o mais abrangente, arrolou nada menos de trinta títulos, constituindo uma já considerável bibliografia de teses, dissertações, artigos e ensaios, destacando-se nesse material cerca de vinte estudos de caso sobre jornais alternativos que circularam nas décadas de 60 e 70.

Nesses quase dez anos passados da publicação do livro de Kucinski (1991), muitos outros trabalhos foram realizados sobre o mesmo tema, até mesmo numa angulação conceitual mais abrangente, com o objetivo de analisar os diversos projetos alternativos nos meios de comunicação de massa: rádio, televisão, jornais, revistas, cinema, entre outros.

A imprensa de oposição, que surgiu durante o período da ditadura militar no Brasil, recebeu várias denominações: *nanica*, independente, política e depois consagrou-se como alternativa. Uma rápida porém consistente avaliação dessas denominações foi feita por Caparelli (1986), que realçou as impropriedades de algumas delas para tentar captar a essência desse movimento em toda sua plenitude.

O conceito de imprensa alternativa foi considerado por Caparelli (1986) mais apropriado, por expressar uma relação de complementaridade de interesses entre os dois pólos da ação comunicativa, o emissor e o receptor, situados no processo de produção enquanto produtor e consumidor. Do ponto de vista do produtor (jornalista): “[...] *não contente com a imprensa tradicional se propõe elaborar ele mesmo seu produto*”. E do ponto de vista do consumidor (leitor): “[...] *que no mercado capitalista das idéias, tem opção a uma maior diversidade de conteúdos, fugindo ao monopólio dos grandes grupos que reforçam o status quo*” (CAPARELLI, 1986, p. 45).

Se do ponto de vista do produtor, sua exposição durante o texto demonstrou consistência satisfatória; no que diz respeito ao outro pólo, o leitor, pareceu-nos superficial e inadequada, restringindo-se apenas a fazer referência ao fato de que a classe média foi o único receptor da informação da imprensa alternativa, já que considerava os canais de comunicação com o trabalhador interrompidos. Assim sendo, o conceito de *alternativo*, considerado mais apropriado pelo citado autor, ficou lacunar, pois

no seu texto não aparece nenhuma informação relevante que sustente o outro componente analítico do enunciado.

Algumas considerações de Caparelli (1986), que ampliam o conceito, podem ser tomadas como consensuais, a saber: que a imprensa alternativa é um fenômeno mundial, cabendo todavia a ressalva de que no Brasil ela assumiu uma tal dimensão que deve merecer um olhar todo especial; que no conceito, a imprensa alternativa não pode ser tomada como bloco monolítico, mas como leque de posições; que ela é produto da indústria cultural, só que essa premissa não pode ser reduzida ao simples fato da ociosidade dos equipamentos na grande imprensa gráfica; que tanto a imprensa alternativa quanto a grande imprensa têm preocupações ideológicas, no que se relaciona ao conteúdo diferenciado das duas propostas, e tam-bém no que diz respeito às formas de gestão da empresa.

O jornalismo de oposição no pós-68 mereceu, por parte de Afonso Júnior (1982), um estudo dos mais consistentes, do ponto de vista de sua construção teórica. Ao resgatar as discussões que foram feitas nos anos entre 1968-78, sobre os jornais político-culturais surgidos no pós-64, Afonso Júnior (1982) afirmou que o fenômeno não mereceu o tratamento adequado, portanto, persistia a indagação sobre o que é realmente imprensa alternativa. E daí o autor procurou rastrear os questionamentos dos jornalistas e não jornalistas envolvidos nos diversos projetos de jornais ditos alternativos. Com base nessas considerações e no fato de que as várias tentativas internas de resolver os obstáculos não tiveram êxito, caberia então pensar a idéia de *“uma imprensa alternativa sob o prisma da forma jornalística e da redefinição das relações entre forma e conteúdo”* (AFONSO JÚNIOR, 1982, p. 23).

Com base nas reflexões de Lefebvre (1975) sobre a questão das formas, Afonso Júnior estruturou seu arcabouço teórico para responder e caracterizar sua concepção de imprensa alternativa na relação entre forma e conteúdo. Antes de tudo, vale destacar o que o autor entende por forma alternativa:

[...] deve ler-se novas relações entre jornalistas e leitores. Os homens de imprensa, querendo fugir dos ‘formalismos’, acabaram realizando

uma crítica insuficiente da forma jornalística. Trata-se, portanto, de saber que outro tipo de arranjo a imprensa político-cultural do pós-68 implementara e estabelecera entre os produtores, os consumidores e o circuito que, estruturando o consumo e a produção jornalística, os mediatiza (AFONSO JÚNIOR, 1982, p. 25).

E ainda:

Ao jornal cabe, na perspectiva da forma alternativa de imprensa, redimensionar os padrões dominantes de emissão e recepção. Creio que essa imprensa alternativa deve estar preocupada em destacar da situação cotidiana a margem de manobra e iniciativa que os grupos e indivíduos podem ter, superando assim a concepção de política em termos estritamente político-partidário (AFONSO JÚNIOR, 1982, p. 124).

Adiante:

E quanto ao conteúdo? Trata-se de ampliar a ficção social que conhecemos como opinião pública, e até mesmo superá-la, estabelecendo um outro tipo de confrontação entre jornalistas e leitores. Nesse caso os termos da relação permutam seus papéis na medida em que os públicos estão refazendo o trabalho jornalístico com os jornalistas. Nessa nova confrontação, revela-se a possibilidade de viabilizar a diversidade de circuitos de produção, distribuição, circulação e consumo de informações a partir da diversidade de públicos. Os públicos refazendo o jornalismo – esse enunciado por si só já é suficiente para que se levante uma série de questões fundamentais, questões do tipo: quem irá produzir? O que produzir? Como produzir? (AFONSO JÚNIOR, 1982, p. 125).

Segundo o autor:

A idéia de que os receptores se comunicam com os emissores e de que os públicos intercomunicam-se remete a uma outra questão. A produção de informações, na perspectiva da forma alternativa de imprensa, não é o resultado de uma decisão unilateral dos jornalistas. [...] Qualquer emissão tem que levar em consideração a especificidade do seu público [...]. Estabelecido o princípio da diversidade de públicos importa relacioná-lo imediatamente com a idéia da liberdade de informação. A defesa da pluralidade de fontes de informação – uma das vias seguras para o estabelecimento de uma sociedade onde dominação e repressão sejam eliminadas, é indissociável do reconhecimento de idiomas

menores no vasto campo do discurso social. [...] As formas alternativas não podem deixar de estar atentas às formas e linguagens pré-existentes no cotidiano. Descentralizar a produção, nesse sentido, é deixar o terreno do utópico e assumir a possibilidade de que, além de uma descrição de realidade como uma totalidade de estruturas objetivas e enrijecidas, exista o domínio do imaginário social [...] (AFONSO JÚNIOR, 1982, p. 127-128).

A longa citação foi necessária para acompanhar a complexidade do conceito de imprensa alternativa, elaborado por Afonso Júnior, e atendeu a uma exigência elementar da lógica formal, pois, naturalmente, a maior extensão do termo está em relação inversa a sua compreensão.

Com base no conceito de imprensa alternativa que estruturou, Afonso Júnior (1982) procurou caracterizar os jornais que denominou de político-culturais, estabelecendo comparação com a imprensa político-partidária do pré-64, para evidenciar analogias e diferenças. O resultado da comparação levou Afonso Júnior a descartar a hipótese de que os jornais político-culturais do pós-68 reproduziram os fundamentos do jornalismo político-partidário pré-64. Em segundo lugar, constatou que não existiu um projeto único de imprensa alternativa entre os jornais estudados, entendendo que as práticas de imprensa implementadas podem ser entendidas no âmbito de uma luta mais ampla contra a ditadura, mas não se estabeleceram de modo coerente e unidirecionado. Em terceiro lugar, caracterizou a imprensa político-cultural por uma abordagem combinada da vida política e cultural brasileira no período, tendo por seu horizonte a prefiguração do jornalismo político-partidário. E, por último, a questão do público da imprensa político-cultural não foi resolvida, persistindo ambigüidades: imprensa para intelectuais ou imprensa comprometida com as classes trabalhadoras.

Delineadas essas evidências, Afonso Júnior (1982) concluiu que não se configurou um projeto de imprensa alternativa que possibilitasse uma crítica estrutural da forma jornalística, instaurando novas relações e a prefiguração de uma política de comunicação.

Com o objetivo de esclarecer a situação da chamada imprensa alternativa durante o

período do regime militar, Pereira vai polemizar com alguns acadêmicos e jornalistas que trataram do assunto, do ponto de vista da conceituação desse movimento, no jornalismo brasileiro (PEREIRA, 1986).

Pereira considera que as definições, principalmente as de Caparelli, só fazem sentido se tomadas de modo isolado do contexto político concreto do regime militar mais amplo, pois a imprensa alternativa não se opôs somente à forma de ditadura militar mas “*ao seu conteúdo antinacional e antipopular, opôs-se à monopolização da economia, à sua integração com os grandes trustes financeiros internacionais*”. O golpe de 64, para Pereira, aclarou a fronteira entre uma imprensa democrática, popular e alternativa, e a grande imprensa capitalista. Adiante, ao conceituar a imprensa do pré-64 de oposição ao modelo capitalista de “*imprensa popular*”, Pereira parte do pressuposto de que essa imprensa recebeu o apelido no pós-68 de alternativa, e que de certo modo houve uma reação negativa ao rótulo por parte da esquerda tradicional, pois essa imprensa insistiu na sua característica de ser política (PEREIRA, 1986, p. 55).

Do ponto de vista conceitual, o texto de Pereira (1986) não é esclarecedor, pois os termos imprensa popular, democrático-popular e alternativo atravessam o seu discurso sem que se estabeleçam fronteiras entre uns e outros. Em que pesem algumas diferenças entre a imprensa de oposição do pré-64, de 64 a 68, no pós-68 e a imprensa partidária dos anos pós-abertura, pareceu-nos que os componentes de semelhanças para Pereira são preponderantes, daí levando-nos a concluir que as formas que essa imprensa assumiu no decorrer desses anos, para ele, têm uma relação de continuidade determinada pela sua variável política.

Marcondes Filho parte da análise da experiência do movimento surgido na Europa no pós-68, que denominou de imprensa não-alinhada, para extrair dela teses de como pode ser um outro jornal, ou seja, uma alternativa real de imprensa com relação aos modelos tradicionalmente vigentes. Sua principal intenção foi contribuir para o debate, que havia sido desencadeado no seio da intelectualidade brasileira interessada pelo assunto, com respeito aos impasses que a imprensa

alternativa vivenciava após a abertura política do regime militar, nos governos Geisel e Figueiredo (MARCONDES FILHO, 1989).

Marcondes Filho (1989) destaca que a característica principal dessa nova imprensa foi a proposta de desvinculação das correntes políticas, dando espaço e publicidade aos grupos postos à margem dos processos políticos, econômicos e sociais, decorrendo daí a mudança dessa nova imprensa para a condição de jornais-instrumento, ao invés de jornais-ideologia, assumindo o papel de porta-vozes e não de condutores dos movimentos sociais.

Do texto de Marcondes Filho (1989) podemos inferir que imprensa alternativa não era um dado acabado, situado nos limites do jornalismo pós-68 de oposição à ditadura militar, mas deveria se configurar com maior amplitude, a partir da incorporação de *novas* experiências expostas nas teses e além delas, para, diante da *nova* realidade da “abertura política”, criar condições para a sua sobrevivência e mesmo consolidação. É expressiva nesse sentido a conclusão de Marcondes Filho:

O *Pasquim*, como os demais, não entrou em declínio por causa da censura, mas pelo desaparecimento desta. Estruturalmente muito mais decisivo do que as bombas, os cortes de materiais, o censor na redação foi a incapacidade de se transformar (em termos de linguagem e política) e continuar a ‘militar’ nos novos tempos de abertura (MARCONDES FILHO, 1989, p. 177).

Imprensa alternativa, para Marcondes Filho (1989), parece-nos um conceito ainda a ser construído, pois os existentes, para o autor, não dão conta do fenômeno em toda a sua complexidade e extensão.

No seu livro sobre o *Pasquim*, o jornal de maior circulação entre os chamados alternativos, e até de muitos jornais e revistas da grande imprensa, Luís Braga (1991) sugere duas hipóteses para que se possa, a partir delas, compreender a imprensa alternativa e, naturalmente, empreender daí a elaboração conceitual que dê conta do fenômeno:

Em uma primeira perspectiva, ela não é mais que um sobressalto de adaptação, uma espécie

de febre durante a passagem da imprensa liberal patriarcal do pré-64 a uma imprensa capitalista moderna de grande empresa (indústria cultural). Nesse sentido, [...] ofereceu um campo de trabalho para os jornalistas beletristas que demoraram a aceitar as injunções da produção assalariada capitalista. E também um espaço, controlado, dando a palavra aos que perderam, sob o regime autoritário, os seus meios de expressão [...] (BRAGA, 1991, p. 236).

E adiante:

Em uma outra perspectiva a imprensa alternativa, mesmo em seus limites, se propõe como uma crítica (por sua prática mais do que por suas análises) da indústria cultural. Um desses limites é justamente a solicitação da conjuntura política que a faz concentrar esforços de análise sobretudo nas questões de poder político e de repressão (BRAGA, 1991, p. 236).

Inferese das hipóteses de Luís Braga (1991) que o conceito de imprensa alternativa no Brasil pode ser formulado, grosso modo, como uma forma de produção jornalística situada à margem, e como crítica ao processo tardio de industrialização da cultura que vivenciou o país durante as décadas de 1960 e 1970.

O já referido livro de Kucinski, logo na abertura de sua apresentação, descarta a denominação do conceito de *nanica* para o fenômeno do jornalismo de oposição à ditadura militar no período de 1964 a 1980, e procura construir o conceito de imprensa alternativa a partir de quatro significados que considera essenciais:

[...] o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para a situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70 de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI, 1991, p. XIV).

Definindo o conceito de imprensa alternativa que vai nortear o seu trabalho, Kucinski procurou classificar esse jornalismo de oposição em duas grandes classes:

[...] predominantemente políticos tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e

do popular dos anos 50 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis dos anos 60. [...] A outra classe de jornais foi criada por jornalistas que passaram a rejeitar a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean-Paul Sartre (KUCINSKI, 1991, p. XIV).

O trabalho de Kucinski rastreia grande parte da imprensa alternativa, inclusive o jornal *Varadouro*, no distante Acre, que foi objeto de pesquisa que fizemos, e concentra sua atenção em alguns jornais considerados de articulações predominantemente de jornalistas, como exemplos maiores o *Pasquim*, *Versus*, *Coojornal* e *Repórter*. E os mais representativos jornais considerados de articulações predominantemente políticas, tais como *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*.

Em outro texto, no qual procura atualizar algumas questões colocadas no seu referido livro *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, Kucinski (1998) explicita melhor os atores sociais que articulados deram origem à imprensa alternativa no Brasil: as esquerdas, jornalistas e intelectuais, sobretudo universitários, realçando nesse tripé a figura do jornalista líder, pois segundo Kucinski, sem ela o projeto alternativo não vingava. Além disso, destaca no projeto alternativo o seu espírito anticapitalista; as estruturas de poder com propósitos democráticos e participativos que, não raras vezes, sucumbiram ao centralismo de cariz leninista; e, por último, a imprensa alternativa como espaço de afetividade. E conclui: “... ao se tornarem aglutinadores espirituais e agregadores dos trabalhadores intelectuais, os jornais alternativos criaram um espaço público alternativo, virtual, afetivo e contra-hegemônico” (KUCINSKI, 1998, p. 190).

Regina Festa, em seu ensaio *Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa*, procurou diferenciar o que ela denominou de comunicação popular, – que localizou como fenômeno da comunicação situado no nível das bases sociais – da comunicação alternativa, situada no nível médio da sociedade civil. Ao se referir de modo concreto ao termo imprensa alternativa, Regina Festa seleciona alguns indicadores que

historicamente a definiram: jornal tablóide ou revista de oposição; datado dos anos 70; venda em bancas ou de mão em mão; de caráter cultural ou político; expressão dos interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia; espaços nos quais grupos de oposição ou frentes políticas se opunham ao regime militar. Até aí, a autora considera esse termo de domínio comum na sociedade, apenas cabendo-lhe se apropriar dele para sua exposição (FESTA, 1986).

Adiante, no mesmo texto, Regina Festa (1986, p. 17) acrescenta dois elementos de fundamental importância para uma melhor aproximação do fenômeno: a democracia interna e a formação dos conselhos editoriais com a participação de representantes dos movimentos sociais. Para ela, essa foi a tônica das experiências alternativas, portanto, esses elementos, aceitos como diferenciadores do projeto alternativo, ampliaram e tornaram mais preciso o conceito.

A autora, em sua dissertação de mestrado, fez uma discussão a respeito dos conceitos de comunicação popular e comunicação alternativa. Para ela, esta última apresenta-se ambigüamente formulada, a partir mesmo do próprio significado do termo alternativo, que literalmente quer dizer “outro”; portanto, estabelecendo uma diferença com relação a uma outra forma de comunicação, sem que isso naturalmente fique explicitado (FESTA, 1984).

A busca para amenizar essa ambigüidade, segundo a autora, levando a uma definição mais precisa, capaz de melhor aproximar-se da essência do fenômeno, passava pela reconexão das formas comunicativas com a vivência de suas lutas. Para isso, a autora toma como exemplo a experiência brasileira: “Foi a partir da marginalidade – inclusive comunicacional – aos grandes meios – que surgiu e se desenvolveu uma ‘outra’ comunicação, alternativa, no sentido de reorientar as forças sociais”. Adiante, a autora tipifica essa forma alternativa

como ‘outra’, de oposição não à comunicação de massa, mas à estrutura do sistema político dominante. Não se pautou pela busca de um novo modo de comunicação, mas por instâncias de alternativa político-cultural à classe dominante, de onde gerou significados completamente novos (FESTA, 1984, p. 170).

As limitações do projeto de comunicação

alternativa, pelo menos o que até agora vivenciamos no país, segundo a autora, estão naturalmente relacionados à falta de configuração de um outro modelo de comunicação, em oposição reversiva ao contexto ideológico das mensagens dos meios de comunicação de massa e suas relações com o capital multinacional associado. Para ela, o alcance das propostas, até agora nessa direção, não passa do terreno da idealização; sendo assim, levou-nos a concluir que, apesar da riquíssima experiência da imprensa alternativa dos anos 70, o projeto alternativo de longe não foi posto a termo (FESTA, 1984).

Soares, em seu artigo *A comunicação dos Bispos*, abriu pistas para a pesquisa sobre imprensa alternativa que fizemos no Acre, incluindo nela o boletim eclesiástico *Nós Irmãos* e também de modo ancilar o programa radiofônico *Somos Todos Irmãos*, ambos de responsabilidade da Prelazia do Acre e Purus (24). Diz Soares:

[...] a partir de 1968 que se implementou no seio da Igreja Católica, uma nova forma de comunicação, os boletins diocesanos, que em muitas dioceses se transformaram em autênticos veículos alternativos, trabalhando a serviço dos grupos que lutam contra as estruturas injustas da sociedade brasileira (SOARES, 1984, p. 29).

A classificação por amostragem dos boletins diocesanos feita por Soares (1984) revelou que os boletins que apresentavam a questão social como conteúdo prioritário e os que destacavam a questão social como conteúdo relevante, chegando a ocupar de 100% ao mínimo de 20% do seu conteúdo informativo, constituíram parcela representativa dos boletins diocesanos, passando, segundo o autor:

[...] a marcar um novo estilo de se fazer jornalismo religioso, numa época em que pesa sobre as instituições uma generalizada desconfiança por parte dos setores mais ativos das lideranças populares. O estudo desses boletins, nesse ensaio de Soares, mesmo não sendo uma reflexão sobre a natureza do fenômeno da imprensa alternativa, dá pistas para uma abertura, no sentido mais amplo, capaz de permitir a inclusão dessa forma de comunicação eclesiástica, no âmbito dos veículos conceituados como alternativos (SOARES, 1984, p. 30).

A bibliografia sobre imprensa alternativa já é bastante extensa, como já assinalamos no início

desta revisão bibliográfica, todavia, adotamos como procedimento metodológico, para a avaliação desse material, o critério de relevância no que diz respeito restritamente ao âmbito da discussão teórica que buscou a conceituação do fenômeno, pois, a partir daí, foi possível eleger referências que orientassem a leitura dessa literatura em pauta neste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO JÚNIOR. *Alternativa jornalística x poder editorial*: uma abordagem dos jornais político-culturais no pós-68. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 1982.

BRAGA, José Luis. *O pasquim e os anos 70*: mais pra epa que pra oba ... Brasília: UNB, 1991, p. 236.

FESTA, Regina. *Comunicação popular e alternativa*: a realidade e as utopias. Dissertação (Mestrado) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo (SP), 1984.

_____. *Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa*. In: FESTA, Regina; LINS E SILVA, Carlos Eduardo (Org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 17.

KUCINSKI, Bernardo. *A aventura alternativa: o jornalismo de oposição dos anos 70*. In: _____. *A síndrome da antena parabólica*: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. *Jornalistas e revolucionários*: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página Aberta, 1991. p. 393-399.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986. p. 140-180.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 113-148.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. *Viva a imprensa alternativa: viva a imprensa alternativa!...* In: FESTA, Regina; LINS E SILVA, Carlos Eduardo (Org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 53-76.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Boletins diocesanos católicos: veículos de comunicação a serviço dos marginalizados*. In: MELO, José Marques de (Org.). *Comunicação e classes subalternas*. São Paulo: Cortez, 1980, p. 161.

_____. *A comunicação dos Bispos. Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo (SP), ano 4, n. 12, p. 29-42, out. 1984.